

126395

O MORFEMA ZERO NO PROCESSO DE DERIVAÇÃO

José Lemos Monteiro

Professor do Departamento de Letras Vernáculas
da U.F.C., Professor da Faculdade de Filosofia da
UECE, Mestre em Educação, da Academia Cearense
da Língua Portuguesa.

1. INTRODUÇÃO

A tarefa de descrever uma estrutura lingüística envolve problemas técnicos e requer necessariamente uma atitude científica. Os erros de interpretação decorrem quase sempre da falta de coerência no tratamento dos fenômenos, o que se nota quando são desprezados os princípios básicos sob os quais uma dada língua se organiza e funciona.

Na descrição do português, o apego a procedimentos tomados de outras áreas do conhecimento humano, como a lógica ou a psicologia, tem gerado explicações que não resistem a nenhuma crítica de base estritamente lingüística. Conceitos e categorias só aplicáveis a outros idiomas são aceitos pelos nossos gramáticos e ficam esquecidos os elementos que de fato pertencem à estrutura do português. Muitos aspectos merecem urgente e séria reformulação, sob pena de continuarem inconsistentes e até prejudiciais ao conhecimento da própria língua. Revestem-se às vezes da maior simplicidade e, no entanto, recebem um tratamento complexo e perturbador.

Tal é o caso, por exemplo, do mecanismo da flexão de gênero e de número, interpretado confusamente por um amontoado de exceções, tidas como inexistentes numa perspectiva estruturalista. Semelhantemente, e de forma absurda, é analisado o grau, considerado inadvertidamente como processo flexional. Erros dessa natureza abundam ainda hoje em qualquer gramática, em virtude de repetições irrefletidas, ocorridas desde os primeiros filólogos.

Na verdade, quase sempre os problemas lingüísticos são apenas aparentes e resultam de interpretações falsas. Desde que se utilizem certos instrumentos ou técnicas de análise, tudo se torna perfeitamente explicável. E, entre esses procedimentos, um dos que podem clarificar o trabalho de descrição é, sem dúvida, o recurso ao morfema zero.

Trata-se de um meio eficaz e coerente de aplicar a comutação, a fim de identificar fonemas, morfemas ou quaisquer outras unidades lingüísticas. Embora pareça novidade, deve-se ressaltar que seu emprego já é encontrado em Pânini, o gramático hindu que espanta a todos pela consciência lingüística de que era possuidor. Aliás, a descoberta dos estudos de Pânini representou um passo decisivo para um melhor conhecimento das línguas modernas e das técnicas de descrição lingüística.

Com referência ao português, vários ensaios já foram empreendidos com bastante êxito, devendo-se lembrar os de J. Mattoso Câmara Jr. que, evidentemente, modificaram as perspectivas que dificultavam a generalização da maioria das regras gramaticais. No estudo da primeira articulação ou morfologia, através da técnica da comutação e conseqüente emprego do morfema zero, ele explicou de modo coerente todo o paradigma flexional dos nomes e verbos.

Segundo o exemplo de J. Mattoso Câmara Jr., diversos lingüistas têm redimensionado o estudo da língua portuguesa, por meio de técnicas novas ou redescobertas, embora em muitos casos o gosto pela novidade leve a um exagero de sofisticação.

É claro que o uso de fórmulas, diagramas, símbolos matemáticos ou quaisquer artificialismos pode não resistir ao tempo, sobretudo porque muitas vezes objetiva apenas ocultar a superficialidade das reflexões, incidindo sobre aspectos já suficientemente explicados sem formalismos inúteis. Todavia, há algumas situações que requerem novas pesquisas e respostas diferentes das até então oferecidas. E tais respostas talvez só possam ser fornecidas mediante a aplicação de estratégias válidas e fidedignas.

Neste trabalho, será focalizada uma dessas situações, em que o recurso ao princípio da comutação terá o fito de buscar uma interpretação, se não verdadeira, pelo menos coerente, para um campo onde as discrepâncias e lacunas são constantes. O enfoque se aplica a um dos aspectos da derivação de vocábulos portugueses, numa perspectiva estritamente sincrônica, analisando a possibilidade de lidar com o conceito de sufixo zero em casos descritos de forma incompleta pelas gramáticas.

Ao que parece, na órbita da morfologia, o conceito de morfema zero tem sido empregado com sucesso na descrição do paradigma flexional dos nomes e verbos, ou seja, na parte referente à estrutura das palavras. Não obstante, é talvez possível estender a sua aplicação para o estudo das possibilidades ou processos de formação de palavras, pressupondo-se que, da mesma forma que muitos problemas relacionados com a estrutura lexical receberam solução adequada, também o acúmulo de incoerências e lacunas ocorrentes na derivação e composição poderá ser desfeito.

O alcance deste trabalho se limita a sugerir uma perspectiva de análise de um dos aspectos da derivação portuguesa, sem a pretensão de descer a minúcias ou casos que requerem novas reflexões. Por esse motivo, é provável que deixe de lado elementos de relativa significação para o estudo do problema. O trabalho não visa, portanto, a apontar soluções, mas a propor um ângulo de interpretação estrutural para um campo pouco explorado em nossas gramáticas.

2. O mecanismo da derivação

Chama-se *derivação* o processo de se formar um vocábulo pela junção de um ou mais sufixos ao semantema de uma forma simples. A derivação cria as formas secundárias, relacionadas semanticamente às primitivas.

Como processo de formação de vocábulos, é bem distinto da composição e de outros menos conhecidos, como a reduplicação, a braquissemia e a acrossemia. ¹ O que diferencia basicamente a derivação desses outros processos é a ocorrência de um sufixo lexical. Por isso, não tem muito sentido o que algumas gramáticas denominam de “*derivação prefixal*”, uma vez que a presença de prefixos é marca do processo de composição. Os prefixos só não formam compostos quando se observa o fenômeno da “*parassíntese*”, porque, neste caso, o sufixo é de fato o elemento produtor do novo termo, sendo o prefixo até vazio de conteúdo semântico.

Por aí já se pode perceber como o conceito de derivação tem sido formulado de modo confuso. Há necessidade, pois, de manter certos princípios e definições, se houver a pretensão de buscar alguma conclusão coerente. E entre esses princípios deve-se repetir que a existência bastante de um morfema derivacional ou sufixo lexical é uma das características singularizantes do mecanismo.

Todavia, a derivação não tem sido confundida apenas com a composição prefixal ou com outros processos de formação. No estudo da flexão nominal, há aspectos próprios da derivação interpretados erroneamente, como o caso da expressão de grau. As gramáticas falam em flexão de grau, quando este participa, nas situações que requerem o uso de sufixos, do mecanismo da derivação.

Analisando o assunto, J. Mattoso Câmara Jr. estabeleceu então algumas características que diferenciam a flexão da derivação. Esta possui um caráter fortuito e desconexo, não obedecendo, nas palavras do citado lingüista, “a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico”. ² A flexão, ao contrário, é sistemática e atinge indis-

tintamente a todos os vocábulos de uma classe determinada, sem que o falante tenha o poder de optar por outro recurso. Ela é imposta pela natureza dos enunciados e se caracteriza pela obrigatoriedade e sistematização coerente.

Outros traços diferenciadores são propostos. Dessa forma, enquanto o resultado da derivação é um novo vocábulo criado dentro do “sistema aberto” da língua, a flexão se organiza no “sistema fechado”, definido pela impossibilidade de novas criações formais por parte dos usuários do idioma. Além disso, quanto a sua própria natureza, o morfema lexical é distinto do morfema flexional.³ Este serve apenas para enquadrar uma forma numa dada categoria, como a de gênero ou de número. O sufixo lexical, de maneira diferente, funciona como elemento que empresta uma significação acessória ao semantema vocabular e/ou serve para mudar a palavra de uma classe gramatical para outra.

Eis alguns exemplos esclarecedores:

Na forma *matador*, o sufixo /dor/ transmite a idéia de agente ligada à significação contida no verbo *matar*, mas também serve para transformar o verbo em um nome. Já em *pedreiro*, o morfema /-eir(o)/ não muda a classe da palavra, que continua nome, mas introduz idéia secundária ao semantema. De modo inverso, na derivação *cheiro* — *cheiroso*, o elemento /-os(o)/ tem a função básica de transformar um substantivo em adjetivo, possuindo apenas subsidiariamente uma noção qualitativa.

Na adjunção de sufixos derivacionais ao semantema de um vocábulo primitivo ocorrem certos fenômenos explicáveis por algumas regras de fácil identificação. Assim, sendo o sufixo iniciado por vogal, registra-se a elisão ou crase da vogal temática. É o que acontece, por exemplo, em:

beijo	+	/oc(a)/	=	beijooça	=	beijoca
casa	+	/ol(a)/	=	casaola	=	casola
rio	+	/ach(o)/	=	rioacho	=	riacho

Se o sufixo começa em consoante, o índice temático da forma primitiva passa a ser vogal de ligação na forma derivada:

cão	+ /zinh(o)/	=	çã	+	o	+	zinho
decente	+ /mente/	=	decent	+	e	+	mente
senti(r)	+ /mento/	=	sent	+	i	+	mento
forma(r)	+ /ção/	=	form	+	a	+	ção
jura(r)	+ /mento/	=	jur	+	a	+	mento

A presença de dois ou mais morfemas aditivos numa palavra determina a chamada *lei dos constituintes imediatos*. É erro dizer, por exemplo, que *sentimentalismo* constitui um derivado de *sentir*. Em rigor, a derivação é produzida com apenas um elemento sufixal. Por isso, o raciocínio mais coerente é: *sentimentalismo* é formado de *sentimental*, vocábulo derivado de *sentimento*, que por sua vez deriva de *sentir*.

Há, por conseguinte, a seguinte cadeia:

sentir
 + /mento/
 + /al/
 + /ismo/.

De igual modo, *portinholazinha* não é derivado de *porta*, mas de *portinhola*. De *porta* se forma *portinha*; de *portinha*, *portinhola*:

porta
 + /inha/
 + /ola/
 + /zinha/

A ocorrência de mais de um elemento sufixal num vocábulo ainda acarreta o uso inadequado do termo *infixo* ou *interfixo* para o morfema aditivo situado entre a raiz e outro

sufixo. Em *bonacheirão*, além do semantema *bon—*, existem os morfemas /ach(o) /, /eir(o) / e /ã(o) /, todos denominados corretamente de sufixos. Em português, não há infixos e até mesmo o que alguns gramáticos chamam de *consoante de ligação*, deve ser desprezado, em proveito do conceito de alo-morfia.⁴ Como ilustração, é suficiente lembrar o derivado *cafeteira*, em que o sufixo /eir(a) / aparece sob a forma variante /teir(a) /. Afirmar que o /t/ é infixo ou consoante de ligação é complicar a descrição do mecanismo de formação das palavras.

Assentadas essas noções, a compreensão do processo de derivação se torna bastante fácil. Tudo se resume no acréscimo de sufixo(s) a um dado semantema, o que, em última análise, torna redundante a expressão *derivação sufixal*. Mas o sufixo pode ser um segmento fônico ou representado por uma ausência significativa, isto é, por um morfema zero.

3. O morfema zero

Quando a comutação se opera entre um segmento fônico, presente num dado vocábulo, e uma situação de ausência, é boa técnica utilizar o conceito de morfema zero. Ocorre assim uma oposição entre uma forma marcada contra uma não marcada, fenômeno bastante comum na estrutura do português.

O morfema zero (simbolizado por Ø) constitui uma ausência cuja função ou significação é correlata à do morfema presente que corresponde à sua posição. Por causa disso, os lingüistas falam em *ausência significativa* para frisar que o vazio tem um valor a ser interpretado tanto quanto os morfemas aditivos.

A aplicação desse conceito resolve praticamente todos os casos problemáticos de descrição do sistema flexional dos nomes. Dessa forma, a incoerência de se considerar como marca de masculino o o final de certas palavras é posta de lado e tudo fica explicado com a noção de que o masculino e

o singular são marcados pelo morfema zero, enquanto o feminino e o plural são caracterizados, respectivamente, pelas desinências /a/ e /s/. No sistema de flexão verbal, as consequências do recurso ao morfema zero são igualmente muito esclarecedoras.

É, por conseguinte, o que se pode estabelecer a partir das seguintes situações:

a) Se o nome apresenta uma correspondência de formas (uma para o masculino, outra para o feminino), é evidente que ambas devem ser marcadas por morfemas distintos. Como o feminino é formado com o acréscimo do /a/, este morfema é seu traço distintivo básico. Já o que caracteriza o masculino é a ausência de morfema, ou seja, o Ø. Assim:

autor	+	Ø	≠	autor	+	a
peru	+	Ø	≠	peru	+	a
belo	+	Ø	≠	bel(o)	+	a
mestre	+	Ø	≠	mestr(e)	+	a
ele	+	Ø	≠	el(e)	+	a

b) O plural é marcado pelo /s/. O singular, pela ausência e conseqüente uso do Ø:

boi	+	Ø	≠	boi	+	s
lhe	+	Ø	≠	lhe	+	s
mão	+	Ø	≠	mão	+	s
o	+	Ø	≠	o	+	s

c) Diversos sufixos modo-temporais ou número-pessoais são depreendidos mediante a técnica de comutação com auxílio do morfema zero:

(tu)	estud	+	a	+	va	+	s
(ele)	estud	+	a	+	va	+	Ø
(ele)	estud	+	a	+	Ø	+	Ø

d) Algumas vezes o zero constitui um alomorfe de um determinado morfema aditivo. Assim, em *artista* a desinên-

cia de feminino, desaparecendo em virtude de crase com a vogal temática, passou a ser morficamente caracterizada por um zero. O mesmo se aplica ao plural de alguns vocábulos, tais como *simples*, *lápiz*, *pires* etc.

e) Até mesmo a raiz pode ser formalmente vazia. É o caso dos artigos definidos que, em sua evolução,⁵ perderam os seus constituintes básicos. As formas do artigo em português podem sincronicamente ser analisadas do seguinte modo:

Ø	+	o	+	Ø	+	Ø
Ø	+	o	+	Ø	+	s
Ø	+	Ø	+	a	+	Ø
Ø	+	Ø	+	a	+	s
R + VT +				DG + DN		

Tais situações oferecem uma amostra da capacidade de aplicação do conceito de ausência significativa. A maioria das exceções arroladas em nossas gramáticas na realidade mereceriam um outro tratamento, uma explicação convincente. Ora, uma descrição da estrutura morfológica do português que utilize o morfema zero desprezará praticamente o conceito de exceção e até os mais intrincados problemas formais de verbos tidos como nômalo são coerentemente interpretados.

Diante disso, é útil examinar a possibilidade de estender o morfema zero ao mecanismo da derivação. Aqui o objetivo primacial será o de analisar alguns exemplos, mais do que propriamente formular regras ou princípios. Todavia, como a língua é uma estrutura, não se deve desprezar a hipótese de que haja certas leis de distribuição ou determinados aspectos de sistematização dos morfemas derivacionais, conquanto em outro sentido a derivação caracterize exatamente por ser assistemática. De qualquer modo, este é dos assuntos que estão a reclamar uma pesquisa ampla e fundamentada.

4. A derivação por sufixo zero

No esquema dos vocábulos derivados, é oportuno questionar a ocorrência de oposições entre palavras formadas mediante a adjunção de um morfema derivacional ao semantema primitivo e outras derivadas sem nenhum morfema aditivo. As primeiras se enquadram no sistema de *derivação progressiva* (ex.: *mar* + *inha*), porque o semantema se vê acrescido de um novo elemento. As segundas constituem a *derivação por sufixo zero*, em que o termo primitivo pode até nem sofrer nenhum aumento em seu corpo fonológico.

Para efeito de melhor raciocínio, pode-se tomar como exemplo o verbo *tardar*. Ora, diante deste verbo, de imediato é possível afirmar que se trata de um derivado do substantivo *tarde*. Contudo, a marca derivacional do verbo não é a terminação *-ar*, pois esta é constituída da vogal temática e da desinência de infinitivo. Deve-se, por conseguinte, admitir que, entre o lexema *tard-* e o índice temático */-a/*, existe um sufixo zero ($\emptyset$) que caracteriza realmente o processo derivativo. De outro modo, não há meio de considerar o verbo *tardar* como forma secundária.

Insistindo mais neste pensamento:

Se alguém quiser produzir cognatos de *flor*, usará sufixos lexicais como:

a) <i>/-ej/</i>	—	flor	+	ej	+	ar
b) <i>/-e/</i>	—	flor	+	e	+	ar
c) <i>/-esc/</i>	—	flor	+	esc	+	er
d) <i>/-isc/</i>	—	flor	+	isc	+	ar

Entretanto, para os verbos *florar* e *florir* não encontrará qualquer segmento fônico que possa ser considerado sufixo. Ora, como estas são de fato formas derivadas de *flor*, devem trazer a marca da derivação, que é o sufixo lexical. Em razão disso, a melhor técnica é pressupor a existência de um morfema zero e aplicar a comutação:

flor + ej + ar
 flor + Ø + ar
 flor + Ø + ir

Outros exemplos:

espuma	—	espum	+	Ø	+	ar
soneto	—	sonet	+	Ø	+	ar
jardim	—	jardin	+	Ø	+	ar
capim	—	capin	+	Ø	+	ar
confim	—	confin	+	Ø	+	ar
fim	—	fin	+	Ø	+	ar
fim	—	find	+	Ø	+	ar ⁶
matuto	—	matut	+	Ø	+	ar ⁷

Não apenas verbos são produzidos pela derivação por sufixo zero. Também os *deverbais* se criam da mesma maneira, embora a forma derivada apresente um encurtamento em relação à primitiva. Este o motivo por que se qualifica a derivação de *regressiva*. O encurtamento da forma primitiva não consiste na subtração de algum sufixo, mas na adaptação de uma terminação verbal a um tema nominal. Assim:

abater	—	abate
pescar	—	pesca
tocar	—	toque
rodear	—	rodeio
mandar	—	mando
cortar	—	corte

Como a marca derivacional é sempre um sufixo,⁸ inexistente razão para não se postular entre o radical e o índice temático do deverbais a existência de um sufixo zero:

abater	—	abat	+	Ø	+	e
pescar	—	pesc	+	Ø	+	a
tocar	—	toqu	+	Ø	+	e
rodear	—	rodei	+	Ø	+	o
mandar	—	mand	+	Ø	+	o
cortar	—	cort	+	Ø	+	e

Diante dos exemplos citados, conclui-se que a forma primitiva é o verbo, embora fonologicamente não o pareça. Mas qual o critério para se conhecer quando um nome é deverbal? Por que *florir* é derivado de *flor* e *cortar* é forma primitiva em relação a *corte*? A solução está em considerar deverbais os nomes abstratos de ação.⁹ *Flor, jardim, fim, espuma, capim* não são substantivos que indicam ação e, portanto, constituem vocábulos primitivos. *Abate, corte, pesca* são nomes indicadores de ação e, por isso, derivados de verbos.

Quanto ao tema que apresentam, os deverbais se agrupam em quatro conjuntos:

- 1) Nomes de tema em —o: (vôo, gargarejo, festejo, mergulho, atraso, grito...)
- 2) Nomes de tema em —a: (leva, entrega, esfrega, sobra, paga, luta...)
- 3) Nomes de tema em —e: (embarque, combate, ataque, abate, desembarque...)

Outro tipo de derivação por sufixo zero consiste na transposição de um vocábulo de uma classe gramatical para outra. O caso mais geral é a *substantivação*, princípio pelo qual toda palavra pode ser enquadrada na classe dos substantivos, desde que precedida por um artigo ou qualquer outro determinante.

Exemplos:

Substantivos

contra (preposição)	— o contra
ai! (interjeição)	— um ai de surpresa
sim (advérbio)	— o sim
belo (adjetivo)	— o belo é sempre útil
se (conjunção)	— não houvesse este se...
tudo (pronome)	— tu és meu tudo
sete (numeral)	— dei-lhe um sete
comer (verbo)	— o comer
a (artigo)	— o a é um artigo

A maioria dos gramáticos chama este processo de *derivação imprópria*. Outros, de *conversão*.¹⁰ Há, além dessas, diferentes designações para o caso, como a de Charles Bally, que utiliza o termo *hipóstase*, e a de Tesnière que, adequadamente, emprega *translação*.

Trata-se de uma situação especial que a rigor não deveria entrar num esquema de descrição do mecanismo derivacional. Talvez se explique muito melhor como um dos aspectos da estrutura sintática, desde que a maior parte dos problemas de classificação dos vocábulos portugueses não é de âmbito da morfologia, senão que da sintaxe. Com efeito, não se opera nenhuma alteração mórfica no vocábulo primitivo, exceto a possibilidade de pluralização. Esta possibilidade faz que a vogal átona final do vocábulo substantivado seja considerada como índice temático. *Sete* (numeral) constitui radical atemático. Como palavra substantivada, é bipartível em $R + VT$: *set + e*.

Conquanto na derivação imprópria a marca seja estritamente sintática, a compreensão de que a palavra convertida a uma outra classe gramatical passa a ser analisada morficamente de modo diverso da palavra primitiva, conforme exemplificado acima, sugere a ocorrência do morfema zero. Por isso, como vocábulo substantivado, *sete* tem como constituintes: a raiz *set*, o sufixo lexical $\emptyset$, a vogal temática *e* e a desinência ($\emptyset$) de número.

A interpretação dada acima pode ser conferida a todos os casos de substantivação, desde que o processo seja considerado dentro do mecanismo derivacional da língua, o que, é necessário insistir, merece estudos mais esclarecedores, sobretudo porque a derivação imprópria não se restringe à substantivação. Há, além disso, a adjetivação, a adverbialização e a gramaticalização, processos que consistem na mobilidade dos vocábulos para classes gramaticais diferentes, transformando-se em adjetivos (o relâmpago — comício relâmpago), advérbio (livro caro — o livro custou caro) ou simples instrumentos gramaticais (ele foi salvo — todos passaram, salvo Pedro).

Finalmente, há que considerar a aplicabilidade do morfema zero também a alguns casos de *parassíntese*.¹¹ Neste tipo de derivação, ocorre a adjunção simultânea de um prefixo e um sufixo ao semantema.

O exemplo dos verbos *adoçar* e *adocicar* é bastante significativo. De fato, para produzir *adocicar*, toma-se o prefixo /a—/ juntamente com o sufixo /—ic/, acrescentando-os à raiz /doc—/ para formar o radical /adocic—/. Daí, resta apenas apor a vogal temática e a desinência verbal. Ora, em *adoçar*, a situação é a mesma, com o sufixo zero em lugar de /—ic/, como se pode perceber na comutação abaixo:

a	+	doc	+	ic	+	(a + r)
a	+	doc	+	Ø	+	(a + r)

Sem esta orientação, não há maneira coerente de tratar o verbo *adoçar* como derivado de *doce*, uma vez que a marca da derivação é realmente a ocorrência de um sufixo lexical. *De outro lado, que morfema estaria em oposição ao sufixo /—ic/ do parassintético adocicar?*

É supérfluo examinar aqui as condições que determinam a existência do fenômeno da parassíntese. Todavia, vale observar que, como se trata de um processo de derivação, não se pode argumentar que só o prefixo já é suficiente para transformar um vocábulo de primitivo em derivado. Isto nunca acontece na parassíntese, devendo-se entender a prefixação pura como um dos casos de composição vocabular. Por isso, se o que caracteriza a parassíntese não é nem a prefixação nem a sufixação, mas ambas as ocorrências, é necessário encontrar um morfema sufixal em verbos como *adoçar*.

Igual situação se evidencia em muitos outros verbos portugueses, em que se percebe a vantagem de subentender um morfema zero como traço distintivo. Eis alguns exemplos:

claro	—	a	+	clar	+	Ø	+	(a + r)
flor	—	a	+	flor	+	Ø	+	(a + r)
largo	—	a	+	larg	+	Ø	+	(a + r)
braço	—	a	+	braç	+	Ø	+	(a + r)

Vê-se, pela disposição acima, que o sufixo zero formou o vocábulo *acasalar*, porém não o substantivo *acasalamento*. Este é derivado em consequência do acréscimo de um morfema aditivo com a transformação da vogal temática do verbo em vogal de ligação, fenômeno que ocorre quase invariavelmente na aplicação do sufixo /—mento/. Mas a passagem de derivados parassintéticos por sufixo zero em derivados progressivos pode também ocorrer sem o intermédio da vogal de ligação, como se verifica em *aterragem* e em muitos outros exemplos.

Essas são as considerações básicas acerca do morfema zero na parassíntese. Resta, contudo, acrescentar que, embora pareça absurdo, o sufixo tem mais valor do que o prefixo. É de fato o sufixo o elemento que caracteriza o processo de derivação e a parassíntese somente participa desse processo em virtude de nela o prefixo ser vazio de conteúdo semântico. Assim sendo, apesar de ausente, o sufixo é que define a situação. Verbos como *agrupar* e *aclarar* são derivados mais por força do sufixo zero do que por interferência do prefixo /a—/ que, em muitos casos, pode até ser dispensado. 13

5. Conclusão

Os processos de formação dos vocábulos portugueses, numa perspectiva sincrônica, estão exigindo uma revisão interpretativa para muitos fenômenos até então estudados insuficientemente. As gramáticas em geral se limitam a definir a derivação e a composição, deixando de lado as particularidades que se chocam com os conceitos emitidos. Em razão disso, os exemplos utilizados podem facilmente ser objeto de dúvidas e discrepâncias entre os intérpretes, gerando a impressão de que até as definições postuladas carecem de consistência.

Ora, é admissível que todo problema lingüístico possa ser esclarecido com relativa facilidade, desde que haja uma atitude científica por parte de quem o enfrenta. Tal atitude

requer uma visão de conjunto da estrutura lingüística, de tal forma que esta visão possibilite o estabelecimento de todas as prováveis implicações que o problema consiga produzir. O simples casuismo dificilmente é capaz de esgotar todas as situações e, mesmo que o fosse, não teria muito sentido. Basta um princípio bem definido, para que uma gama enorme de situações seja perfeitamente enquadrada e tenha uma interpretação válida. Por isso, um método dedutivo para o estudo do sistema lingüístico em certas ocasiões traz maior aproveitamento do que as tentativas de explicação de casos específicos sem a ligação com os aspectos estruturais da língua.

Além disso, uma postura científica exige a adoção de determinado enfoque, mediante o qual os problemas possam ser tratados de maneira coerente. Tomadas essas precauções e, desde que o enfoque seja consistente, as soluções propostas serão viáveis e terão sem dúvida a capacidade de possibilitar a revisão de problemas afins mal conduzidos por outros prismas.

Este trabalho apresentou um desses problemas com o intuito de propor o recurso a uma técnica muito antiga, mas só há pouco tempo redescoberta, para a análise de certas particularidades que nunca mereceram uma reflexão adequada. De fato, a técnica da comutação com o emprego do morfema zero parece ser uma saída para uma série infindável de questões aparentemente insolúveis em todos os domínios da gramática.

Foi, na verdade, a utilização do morfema zero na descrição do sistema flexional do português, já sobejamente realizada de modo irrefutável por lingüistas da atualidade que motivou a idéia de transpor essa aplicação para o campo do mecanismo derivacional.

O objetivo básico foi o de reformular certas posições, no sentido de oferecer um tratamento adequado aos vocábulos sempre tidos como derivados que, não obstante, deixam de apresentar algum morfema aditivo que caracterize o processo de derivação. Este fato tem levado a erros de interpretação e

a dificuldades de ordem conceitual, responsáveis por lacunas de toda ordem.

O estudo não pretendeu, contudo, ser um apanhado das incoerências ou o preenchimento das lacunas existentes nas gramáticas portuguesas. O intuito principal foi o de sugerir uma técnica de descrição viável, que possa reduzir as dificuldades interpretativas no âmbito da derivação. É evidente, porém, que o campo se mostra aberto para muitas outras incursões e extrapolações, sobretudo no que se refere ao mecanismo da composição, assunto talvez bem mais complexo e menos estudado do que o da derivação. Tem-se, então, uma prova de que aspectos aparentemente banais e de pouca relevância ainda estão necessitando de estudos esclarecedores, em qualquer que seja a parte do sistema lingüístico português.

NOTAS

1. Esses processos são analisados detidamente em José Lemos MONTEIRO, *Formação das palavras*, Fortaleza, 1972, p. 39 e ss.
2. Cf. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 49 ou *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970, p. 71.
3. Pormenores das diferenças entre esses dois tipos de morfema encontram-se em José Lemos MONTEIRO, *Estrutura das palavras*, Fortaleza, MIPEL, 1972, pp. 20-21.
4. Esta posição é defendida pelo prof. José Rebouças MACAMBIRA, em seu livro *Português estrutural*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1974, p. 25.
5. A ausência de elementos mórficos, em virtude de alterações de ordem diacrônica, pode entretanto ser compensada por constituintes que mudaram de significação e por isso passaram a ter outra função dentro do vocábulo. Nesse raciocínio, o verbo latino *comedere* era segmentado em prefixo (*com—*), raiz (*—ed—*), vogal temática (*—e—*) e desinência (*—re*). Na passagem para o português, com a síncope do /d/ intervocalico e posterior crase, a raiz desapareceu. Mas é óbvio que o semantema se deslocou, com alguma modificação de semas, para o prefixo /com/. Sincronicamente será então absurdo declarar que o verbo *comer* apresenta um morfema zero como raiz, pois agora o elemento /com—/ não tem mais natureza prefixal. Ele é o próprio semantema do vocábulo.
6. Será ingênuo admitir que o /d/ seja considerado como sufixo. Na realidade, ele faz parte do semantema, que se encontra numa situação de alo-morfia em relação à raiz da forma *finar*.
7. Ao substantivo *mato* liga-se o sufixo /—uto/ e tem-se o derivado *matuto*. Entretanto, o morfema derivacional do verbo *matutar* será zero (Ø), de acordo com a lei dos constituintes imediatos: *mato* — *matuto* — *matut* + Ø + (a + r).

8. Às vezes, o processo é reforçado por uma alternância acentual. Cf. renun-
cia $\neq$ renúncia; retifica $\neq$ retífica; fabrica $\neq$ fábrica.
9. J. Mattoso CAMARA Jr., aliás, é quem assim define: *Deverbais* são no-
mes de ação, isto é, substantivos verbais abstratos que correspondem a
verbos deles cognatos. Cf. *Dicionário de filologia e gramática*. 3.^a ed., Rio
de Janeiro, J. Ozon, 1968, p. 115.
10. Cf. Evanildo BECHARA. *Moderna gramática portuguesa*. 7 ed., São
Paulo, Ed. Nacional, 1963, p. 227.
11. Do grego: *para* (ao lado de), *syn* (com) e *thésis* (posição). Etimologica-
mente significa: *ao lado da composição*, isto é, *semelhante à composição*.
12. A Real Academia Española ensina quase o contrário: "Por este procedi-
miento sólo pueden formarse substantivos o adjetivos y rara vez verbos."
(Cf. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Editorial Espasa-Calpe,
1959, p. 151).
13. É verdade, porém, que o esvaziamento semântico do prefixo deixa dúvi-
das em verbos como *enterrar*, oposto a *aterrar*. Na forma *enterrar*, o pre-
fixo transmite a idéia da preposição *em* (dentro), o que não se constata
em situações análogas como *entardecer* ou *enfraquecer*. Por outro lado, é
de crer que a existência de alguma variação mórfica é a causa da dis-
tinação. Houvesse a forma *atardecer* ou *afraquecer*, a par de *entardecer* e
enfraquecer, e logo diferentes matizes de significado iriam aparecer, re-
caindo a explicação do fenômeno na oposição entre os prefixos.